

ENTREVISTA COM CARLOS ARTHUR RIBEIRO DO NASCIMENTO¹



Breve apresentação sobre Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento

O professor Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, que nos concedeu, por *e-mail*, a entrevista que segue, é um dos pioneiros no estudo da filosofia medieval no Brasil, tendo sido provavelmente o primeiro brasileiro a obter um doutorado na área (PhD Sciences Médiévales), realizado no Instituto de Estudos Medievais da Universidade de Montreal no Canadá. Antes e depois desse doutorado, ele trabalhou em diversas instituições no Brasil, atuando em várias disciplinas filosóficas e, eventualmente, aprimorando o seu conhecimento da filosofia medieval. Foi professor no Studium Generale da Província Dominicana Santo Tomás de Aquino, no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, na UNESP, campus de Assis e Marília e se aposentou como professor titular na UNICAMP, mas continua na “ativa”, trabalhando novamente na PUC de São Paulo.

¹ Entrevista conduzida por Anselmo Tadeu Ferreira. Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: anselmotf@superig.com.br

Os seus trabalhos de mestrado, *O estatuto das ciências intermediárias segundo São Tomás de Aquino* e de doutorado, *Une théorie de sopérations naturelles fondée surl'optique: le de Multiplicatione Specierum*, sobre Roger Bacon, dão mostra de seu interesse pelo estudo da noção de ciência na Idade Média, assunto que o conduziu a suas mais recentes pesquisas sobre Galileu Galilei.

No decorrer de suas atividades como professor e pesquisador formou gerações de estudiosos na área de filosofia medieval, muitos dos quais hoje conduzem o ensino e a pesquisa dessa disciplina em diversas universidades do Brasil.

Na entrevista gentilmente concedida à *Revista Educação & Filosofia*, ele nos conta, em primeira pessoa, sobre a sua trajetória profissional e intelectual, desde a escolha da filosofia como campo de estudo e atuação até os dias mais recentes. Ele conversa conosco também sobre as necessidades e expectativas quanto aos estudos filosóficos no Brasil, especialmente na sua área de atuação, a filosofia medieval.

E&F – O senhor poderia nos dizer, em resumo, qual foi a sua motivação inicial para se dedicar ao estudo da filosofia?

Carlos Arthur – Como disse o professor Florestan Fernandes, “Pelo que sei, só Comte sabia o que ele ia fazer durante todo o resto da vida” (entrevista, *TRANS/FORM/AÇÃO*, 34 (especial – 2011, p. 25).²

Alguns anos vivi em Itabira, a do Campo, não a do Mato Dentro. Não nasci em Itabira, depois Itabirito, mas em Miracema (RJ), aos 06-04-1935, por mero acaso: na “hora H” minha mãe foi para a casa de minha avó. Lá em Itabirito fiz o primário na escolinha mantida pela Usina Queiroz Júnior em Esperança, e havia “noventa por cento de ferro nas calçadas”.

² As respostas (sobretudo 1-6 e 8-9) reproduzem um memorial apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1995, com algumas alterações.

O ginásio, entre 1946 (assisti à chegada dos pracinhas de volta da Itália) e 1950 (ouvi pelo rádio o fatídico jogo com o Uruguai), foi feito no Externato São José dos Irmãos Maristas, Rio – Zona Norte – 40°.

De 1951 a 1953, colegial (científico) em Belo Horizonte, no Colégio Estadual (ex-Colégio Mineiro), onde estudaram o Betinho e... Ronaldo Caiado.

Meu primeiro contato com a filosofia se deu em 1953, no último ano do antigo curso colegial, nas aulas do Professor Arthur Versiani Velloso. Este, na mais autêntica tradição protréptica, se esforçava por nos mostrar a nós do “científico” que “nem tudo eram tensores, equações, ácidos ou bases”, como dizia ele. Tal era o mote de suas aulas, do conteúdo das quais não guardei praticamente nada. Restou-me, no entanto, uma antologia de saborosos casos e observações a respeito da “sociedade” da Belo Horizonte ainda muito provinciana da época; e uma grande atração por isto que se chamava “filosofia”.

Depois de hesitar entre matemática, química, engenharia elétrica, filosofia e o convento, pedi a “misericórdia de Deus e da Ordem Dominicana”, em 1954.

Foi no Estúdio Dominicano de São Paulo que fiz os cursos de filosofia e teologia, respectivamente de 1955 a 1957 e de 1958 a 1961.

O curso de filosofia, moldado nos quadros de um neotomismo aberto, foi bastante desigual. Tiveram maior relevo três disciplinas: a parte da Lógica dedicada à “Lógica material” ministrada com base nos *Segundos Analíticos* e no já então clássico estudo de Suzanne Mansion, *Le jugement d’existence chez Aristote*, Louvain, 1946; Metafísica que desenvolveu alguns dos temas centrais da metafísica de Tomás de Aquino, como a concepção do ente e dos transcendentais, a participação e analogia, a noção de substância e de pessoa, a causalidade e a ação; História da filosofia, que, embora desenvolvida de maneira panorâmica durante três anos, teve a preocupação de remeter aos textos dos próprios filósofos e permitiu alguma informação sobre filosofias distintas da de Tomás de Aquino, bem como constituiu um antídoto eficaz contra a tendência a abstrair da história que marcava outras disciplinas.

Este curso de filosofia foi posteriormente (1972) oficializado pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rei – MG.

O curso de teologia comportou, além do estudo de Exegese Bíblica, de História da Igreja e dos Dogmas e de Direito Canônico, as disciplinas denominadas Teologia Dogmática e Teologia Moral. Na verdade, estas duas últimas rubricas estavam longe de descrever aquilo a que se aplicavam: durante quatro anos percorremos a *Suma de Teologia*, de Tomás de Aquino, guiados principalmente por dois excelentes mestres que combinavam a atenção ao texto de Tomás de Aquino e a sensibilidade aos problemas posteriores ao século XIII.

Cinquenta anos depois, tenho certeza de que dificilmente poderia exagerar a importância desta leitura da *Suma*, à qual seria preciso adicionar o curso de História da Igreja. Curou-me das mazelas de uma religião moralista da pior espécie, herança sem dúvida do catolicismo amorfo do meio familiar e da influência do colégio Marista. Marcou de modo indelével meu espírito, fornecendo-me as balizas fundamentais de minha vida intelectual e espiritual: busca de rigor e clareza, bem como de atenção às circunstâncias históricas; senso da objetividade do universo da graça.

Tão importante quanto os cursos de filosofia e teologia foi a ambiência do Estúdio Dominicano na segunda metade da década de cinquenta e na primeira da de sessenta. Ambiência fortemente marcada pela vida em comunidade e pela liturgia, comportando um expressivo componente cultural. Seria preciso recordar a passagem pelo convento das Perdizes em São Paulo de figuras importantes de variados campos de atuação. Relembremos, entre outros, a presença de Etienne Gilson em São Paulo (1956) para uma série de conferências no auditório da Biblioteca Mário de Andrade, a convite do Centro Dom Vital. Evento da maior repercussão, tendo sido o conteúdo das conferências posteriormente publicado no livro *A existência na filosofia de S. Tomás*, São Paulo, Duas Cidades, 1962. Gilson foi almoçar no Convento. Na conversação que se seguiu não deixou de proporcionar suas observações agudas e carregadas de ironia.

Lá estive, nas Perdizes, Lebret convivendo com os da casa por diversas vezes, L. J. Lebret, cuja importância para a ação social no Brasil ainda não parece ter sido devidamente avaliada.

Outros nomes poderiam continuar a lista: Gilberto Freire, Caio Prado (fiquei devendo a um dos dois a indicação do livro de K. M. Panikkar,

A dominação ocidental na Ásia, que li na tradução francesa bem anterior à da Paz e Terra, 1967), Antônio Cândido, Cláudio Abramo, Lourival Gomes Machado, Roberto Freire (o romancista e psicanalista)...

Havia uma reunião noturna mensal em que uma conferência, feita por um convidado, era seguida de um chá e debates, terminando com a missa por volta de meia noite. Essas reuniões, conhecidas como “Noites dominicanas”, eram sem dúvida um importante veículo de intercâmbio com a sociedade.

Outro aspecto que mereceria menção foi a existência de um ativo cine-clube que permitiu conhecer razoavelmente a produção cinematográfica, dos clássicos à atualidade da época. Não faltaram também audições de música e leitura dramatizada de peças de teatro comentadas. Silnei Siqueira, ainda muito moço, comentou uma leitura do *Huis Clos* de Sartre. Até mesmo modestas montagens chegaram a acontecer: a da farça de Mestre Pathelin; de uma “disputa” entre dois “mestres”, ao som de um agogô e um cavaquinho, tendo como tema o riso dos cachorros num latim inominável – “De sorrisu cachorrorum”!

Enfim, não pode ser deixado de lado o envolvimento dos Dominicanos com os problemas sociais. Telegraficamente, desde as greves da fábrica de cimento Perus (assessoradas pelo advogado Mário de Carvalho Jesus da Frente Nacional do Trabalho), ao jornal Brasil Urgente, e já no final da década de sessenta, o contato com organizações de esquerda na clandestinidade.

E&F – *O senhor poderia nos contar como foi o início de sua atuação?*

Carlos Arthur – No quarto ano do curso de teologia preparei uma dissertação sob o título “A participação do ser (o problema da limitação do ser – princípio de solução)”. Com a defesa desta dissertação e um exame de cinco “teses” sorteadas num elenco de cem, perante uma banca de cinco professores, obtive o título de Leitor em Teologia.

A dissertação mencionada traz sem dúvida as marcas acima referidas da busca de rigor e clareza, assim como de atenção à história. É, no entanto, obra nitidamente pretensiosa e imatura. Basta dizer que a vastidão e complexidade do tema são abordados em reduzidas cinquenta e oito

páginas. Apenas metade do plano global proposto foi efetivamente escrita. Em termos técnicos, estudou-se apenas a “participação por composição” (distinção e composição entre a essência e o ser no ente), deixando de lado a “participação por hierarquia formal” (limitação das essências).

O título de Leitor me habilitou a lecionar nos Estúdios da Ordem Dominicana, o que passei a fazer em São Paulo a partir de 1962. Aí ensinei, numa primeira fase, de 1962 a 1966, e numa segunda, de 1968 a 1972. No período de 1962 a 1966 lecionei Lógica por dois anos e Metafísica por dois e meio. Estes cursos me permitiram aprofundar um bom número de tópicos referentes à teoria do conhecimento e à metafísica de Tomás de Aquino. Esses cursos foram quase inteiramente datilografados e ainda hoje me acontece recorrer a essas páginas amareladas cujo papel ácido começa a virar poeira.

No segundo período (1968-1972) teve mais importância um curso de teologia (De Deo Uno) ministrado simultaneamente no Estúdio Dominicano e no Instituto de Formação Teológica. Tive então oportunidade de ensaiar o confronto de Tomás de Aquino com alguns teólogos mais em evidência neste momento em que se falava muito em “secularização” e “morte de Deus”, sobretudo Paul Tillich, John A. T. Robinson e Harvey Cox. Cheguei mesmo a escrever um pequeno artigo “A fé segundo Paul Tillich” publicado na revista da Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, *Simpósio*, Ano II, n. 3, junho 1969, p. 55-65. Este artigo foi reimpresso com algumas modificações e uma bibliografia em *Credo para amanhã*, I, Petrópolis, Vozes, 1970, p. 119-134. Nem tudo eram louros, muito pelo contrário. Havia muita eletricidade no ar e no segundo semestre de 1969 o curso teve de tomar uma feição mais monográfica no Estúdio Dominicano a pedido dos alunos. Passamos um semestre estudando vários aspectos da linguagem sobre Deus. Quem diria? Vinte e cinco anos depois, em novembro de 1994, recebi um convite do Instituto Metodista de Ensino Superior para participar do I Seminário sobre o pensamento de Paul Tillich.

No ano de 1965 obtive na Faculdade Teológica Nossa Senhora da Assunção, então vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como voltou a sê-lo recentemente, o título de Licenciado em Teologia. Para a obtenção deste título contaram alguns cursos seguidos na referida Faculdade e a dissertação de Leitorado acima mencionada.

Ressalto apenas um trabalho redigido nesta ocasião e que teve por título “O mistério da Igreja e o povo de Deus”. Trata-se de uma análise da elaboração dos dois primeiros capítulos da constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, do Concílio Vaticano II. Utilizou-se o método que consiste em por em paralelo (sinopse) o texto final da constituição e algumas redações preparatórias. Esta abordagem permite visualizar as constâncias e variações de um texto para outro. Sendo então possível detectar as constantes e variantes doutrinárias.

E&F – E sua formação no exterior?

Carlos Arthur – Havia no Estúdio Dominicano preocupação com a especialização e titulação dos seus professores, bem como com a formação de novos professores. Por um breve momento (pré 1964) houve até a perspectiva de uma faculdade de teologia integrada à Universidade de Brasília. Alguns professores em formação tinham sido enviados à França, outros seguiram para a Itália. Graças ao contato de meus superiores com o Instituto de Estudos Medievais de Montreal fui escalado para lá estudar, ou mais precisamente, para fazer o mestrado em estudos medievais. Tentei resistir. Andava meio farto de escolástica. Por que não me mandavam estudar algo mais moderninho? Cheguei a ter leves veleidades bergsonianas. As exigências da hora batiam forte à porta do convento e dentro dele. Por exemplo, dois outros frades e eu participávamos de um grupo informal de discussão que reunia as figuras mais díspares, de Luís Washinton Vita a Leôncio Basbaum e do qual participava também o professor João Cruz Costa.

Pura perda de tempo. Na tarde de 28 de agosto de 1966 embarcava no M/S “Skaustrand”, um navio norueguês que levava minério de ferro do Rio de Janeiro para Baltimore. A Greyhound me levou de Baltimore a Nova Iorque e a Montreal. E lá estava eu no enorme convento de Santo Alberto, com a forma de um pentágono irregular, na *Côte Sainte Catherine*. A Universidade de Montreal, à qual estava integrado o Instituto de Estudos Medievais fundado em 1930, no Estúdio dos Dominicanos em Ottawa, por M.-D. Chenu e transferido para Montreal em 1942, ficava a poucas quadras de distância na encosta do *Mont Royal*.

Durante o ano de 1966-1967 fiz os cursos necessários para a obtenção do Mestrado em Filosofia (Estudos medievais) e durante as férias de verão terminei a redação da dissertação exigida para a obtenção do título. Durante o ano escolar 1967-1968 fiz os cursos exigidos para a obtenção do doutorado (PhD Estudos medievais). De todos esses cursos, embora de muito bom nível, nenhum parece ter assumido particular relevo. Entre os professores estavam nomes como M.-T. D'Alverny, A. Brunet, M. De Durand, L. B. Geiger, R. Klibansky, L. M. Regis, G. Allard, entre outros. O diploma de mestrado traz a data de 11 de novembro de 1967 e foi reconhecido pela Universidade de São Paulo em 1971.

A dissertação escrita para a obtenção deste título versou sobre “Le statut épistémologique des sciences intermédiaires selon Saint Thomas d’Aquin”. Um resumo foi publicado em *TRANS/FORM/AÇÃO*, 1, 1975, p. 314-315. O texto integral foi publicado nos *Cahiers d’Études Médiévales*, 2 (*La science de la nature, Théories et pratiques*), Montreal, Bellarmin, Paris, Vrin, 1974, p. 33-95. Tradução em *De Tomás de Aquino a Galileu*. Campinas: IFCH, Unicamp, 1998, 2ª ed., p. 13-87.

E&F – Tratando-se de um estudo importante na sua formação, o senhor poderia nos dar uma ideia do tema central desse trabalho?

Carlos Arthur – Esta monografia visa exatamente o que diz o seu título, isto é, determinar, de acordo com Tomás de Aquino, o estatuto epistemológico das disciplinas que este chama de “ciências intermediárias”. São denominadas tais, as ciências que aplicam os princípios abstratos da matemática (aritmética e geometria) à matéria sensível, sendo as principais a astronomia, a ótica e a acústica. A aplicação dos princípios matemáticos à física se justifica porque os “sujeitos” das duas ciências não são desprovidos de ligação entre si. O “sujeito” da física, embora não seja uma espécie propriamente dita do “sujeito” da matemática, mantém com este relações que podem ser expressas em termos de “matéria” e “forma”. Os domínios em que tal aplicação se dá, não se reduzem pura e simplesmente ao domínio da matemática pura (aritmética e geometria), mas constituem o campo próprio das ciências intermediárias subalternadas à matemática. Esta situação respectiva dos “sujeitos” das disciplinas matemáticas e das

ciências intermediárias acarreta consequências para o tipo de demonstração próprio às primeiras e segundas. Os teoremas da matemática serão utilizados pelas ciências intermediárias. Tratar-se-á nestas, portanto, de um saber de “que” (*quia*), visto as ciências intermediárias, como tais, não demonstrarem os teoremas matemáticos de que se servem. Só a matemática pura atinge a demonstração do “porque” (*propter quid*). No entanto, este recurso a princípios matemáticos de demonstração torna as ciências intermediárias mais próximas da matemática pura do que da física, embora de menor certeza que a matemática pura. A maneira, portanto, como Tomás de Aquino aborda as ciências intermediárias é perfeitamente coerente nos seus diversos aspectos. O interesse desta abordagem é bem indicado por O. Pedersen quando assinala na doutrina das ciências intermediárias um real progresso epistemológico. A noção moderna de física matemática era desconhecida da Idade Média, mas com as ciências intermediárias, estaria se aproximando estreitamente dela. Não foi coisa de pouca monta caracterizá-las de modo preciso quando os exemplos disponíveis eram tão raros. Do ponto de vista pessoal de Tomás de Aquino, porém, seu interesse por essas disciplinas se deve ao fato de ele ver no tipo epistemológico que elas representam uma possibilidade de atribuir à sagrada doutrina (teologia) o título de ciência. Este aspecto foi estudado por M.-D. Chenu no seu clássico *La théologie comme science au XIII^e siècle*, Paris, Vrin, 1969, 3. ed.

A elaboração da dissertação de mestrado aproveitou-se enormemente dos estudos desenvolvidos para o ensino de Lógica em 1972 e 1973, anteriormente mencionados. Serviu-se também do modo de leitura e análise de textos praticados durante os anos de estudo da *Suma* e que já tinha sido empregado no trabalho suprarreferido sobre a *Lumen Gentium*. Este modo de leitura e análise era basicamente imanente e sincrônico. Talvez valha a pena advertir que, a estas alturas, M. Gueroult era totalmente desconhecido para mim e não tinha eu lido sequer uma linha de V. Goldschmidt.

Mesmo publicada, a dissertação de mestrado passou praticamente despercebida. Foi listada no *Bulletin Thomiste*, v. XXI (*Rassegna di Letteratura Tomistica*, v. IX, Napoli, Ed. Domenicane Italiane, 1977, p. 179, n. 582), mas não mereceu sequer uma linha de resenha. Steven John

Livesey não a cita em sua tese de doutorado *Metabasis: The Interrelationship of the Sciences in Antiquity and Middle Ages*, Los Angeles, University of California, 1982, embora a terceira parte de seu capítulo III (p. 218-260) seja dedicada a Tomás de Aquino. Livesey não deveria ter então conhecimento da dissertação de 1967 (publicada em 1974), pois a cita em sua edição de três questões do Comentário das Sentenças de John of Reading: *Theology and Science in the Fourteenth Century*, Leiden, E. J. Brill, 1989.

Durante a estadia em Montreal teve lugar o IV Congresso Internacional de Filosofia Medieval, de 27 de agosto a 02 de setembro de 1967, promovido pela Sociedade Internacional para o Estudo da Filosofia Medieval (SIEPM) com sede em Louvain. O tema geral do congresso foi “Artes liberais e filosofia na Idade Média”. Lá estavam desde nomes absolutamente consagrados como E. Gilson (presidente do congresso) e H. I. Marou que fez a conferência de abertura sobre as artes liberais na antiguidade clássica (seguida de uma discussão um tanto áspera quando L. M. de Rijk interveio), gente do escalão médio como John Murdoch e Guy Allard e gente que começava a despontar como Graziella Federici Viscovini e meu orientador Jean Gagné, que apresentou uma comunicação sob o título “Do quadrivium às scienciae mediae”. No que se refere a Tomás de Aquino, serviu-se ele dos resultados de minha dissertação de mestrado (cf. *Arts libéraux et philosophie au Moyen Âge*, Actes du Quatrième Congrès International de Philosophie Médiévale, Montreal, I.E.M, Paris, Vrin, 1969, p. 982, n. 45).

E&F – De que modo o senhor deu continuidade às suas atividades no retorno ao Brasil?

Carlos Arthur – O primeiro semestre de 1968 (último da estadia em Montreal) foi quente, apesar do inverno canadense: Martin Luther King e Robert Kennedy foram assassinados – numa das duas ocasiões a televisão americana deixou de transmitir os programas normais e aparecia no vídeo apenas a palavra SHAME. Uma das últimas imagens que me restam de Montreal na época é dos estudantes amontoados diante do consulado americano gritando “Johnson assassino!”, por causa da Guerra do Vietnam.

A viagem de volta ao Brasil durou dos meados de junho ao começo de agosto de 1968. Atravessei de ônibus, de Montreal a Laredo no sul dos Estados Unidos, passando por Ottawa, Toronto, Detroit, Chicago, St. Louis e Dallas, em viagem praticamente direta. Fiquei alguns dias na Cidade do México e continuei pela América Central adentro, atravessando o Sul do México. Peguei um avião da Cidade do Panamá até Bogotá e outro de Bogotá a Manaus; idem de Manaus a Belém. Desci pela Belém-Brasília, que na época ainda não estava asfaltada e à noite o ônibus parava. Brasília – Belo Horizonte – São Paulo. O segundo semestre escolar estava começando e eu tinha de retomar minhas tarefas.

Além do ensino no Estúdio Dominicano em São Paulo e no Instituto de Formação Teológica, já referidos, comecei a lecionar História da Filosofia Medieval no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” (que logo seria integrada na PUC-SP), em 1969. O instituto “Sedes Sapientiae” tinha acabado de viver a experiência das “paritárias”. O curso de filosofia foi o único a conseguir propor e ter implantado um novo currículo. Isto foi possível em boa parte graças à atuação da Profa. Laura Fraga de Almeida Sampaio, pertencente à congregação das Cónegas de Sto. Agostinho à qual o “Sedes” estava subordinado. Por intermédio da Madre Laura, antigos professores se aposentaram e foram contratadas duas recém-chegadas de Louvain (Salma Tannus Muchail e Lígia Fraga Silveira) e um recém-formado da USP (Lauro Frederico Barbosa da Silveira). Foi por intermédio do Lauro, meu colega de convento, que cheguei ao “Sedes”.

Pelo lado de Louvain e da USP, aí chegavam também Gueroult e Goldschmidt, permitindo um afastamento, tanto do neotomismo dos velhos professores quanto da filosofia voltada para a realidade brasileira, que predominava em outros setores da PUC-SP à qual o “Sedes” estava sendo integrado. Quando o departamento de Filosofia do “Sedes” e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento pertencente à PUC-SP foram fundidos em 1971, predominou a orientação inspirada em Gueroult e Goldschmidt. Tive ocasião de colaborar na comissão de elaboração do projeto de organização do novo departamento de filosofia.

Em 1970 fui contratado como auxiliar de ensino no curso de filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, instituto isolado de ensino do estado de São Paulo. Hoje, UNESP, campus de Assis.

Intensificaram-se por volta deste momento incertezas e inquietações de toda ordem e em todos os níveis. Já fiz uma rapidíssima alusão ao ambiente do Estúdio dos Dominicanos e do Instituto de Formação Teológica. As coisas não eram diferentes no “Sedes” e em Assis. O clima geral do país e do meio universitário, em particular, era de urgência político-social. A Igreja e a Ordem Dominicana estavam em fase de plena turbulência, quer de origem interna (como sequelas do Concílio Vaticano II), quer de origem externa (confronto com o regime vigente no Brasil e envolvimento com movimentos de esquerda – em novembro de 1969 alguns frades dominicanos foram presos). Não havia no meio universitário a mínima boa-vontade para com o pensamento medieval, seja pela presença que ainda se fazia sentir de um neotomismo bastante insípido e rotineiro, seja porque parecia não ter nada a ver com a “realidade”, seja enfim porque aparentava ser uma velharia arcaico-reacionária-religiosa. Pode-se imaginar como andavam “os macaquinhos no meu sótão”.

Fiz experiências docentes perfeitamente desastradas como propor aos alunos (aliás alunas) do “Sedes”, em 1969, um programa de curso sobre “A ótica no século XIII e a teoria das ciências intermediárias, uma etapa na elaboração do método das ciências físico-matemáticas”, repetindo a dose em Assis em 1971. Mas, aí já estava um pouquinho mais “escolado”, pois em 1970 tinha proposto um programa sobre o pensamento político na Idade Média no “Sedes” (complementado no segundo semestre por um programa paralelo, desenvolvido por duas monitoras, que estabelecia um confronto da metafísica de Tomás de Aquino com a ontologia de Heidegger). O título do programa proposto em Assis, em 1971, era também formulado de modo interrogativo.

Sinais dos tempos! Em 1973 deixei a Ordem Dominicana.

Aos trancos e barrancos continuei ensinando na PUC-SP e em Assis, com uma breve passagem pela Medianeira, em 1971 e 1972. Ao rever o elenco de disciplinas de que dei aulas, fico até meio assustado. Se excetuarmos estética, tudo o mais (com maior ou menor frequência) aí consta. Na verdade o “jogo de cintura” não era tão grande como pode parecer à primeira vista. Há uma inegável concentração em história da filosofia e teoria do conhecimento. E se a coisa for melhor examinada, verificar-se-á que um truque muito simples foi utilizado: adaptar aqui e ali conteúdos de filosofia medieval e um pouco de antiga.

Os desastres pedagógicos acima mencionados em conexão com a ótica medieval e quejandos foram devidos a uma outra preocupação desta época: levar adiante o projeto de tese de doutorado sobre o “De multiplicatione specierum” de Rogério Bacon. Esta era uma questão que vinha se arrastando desde 1968. Não é que não tivesse feito nada. De um modo ou de outro, os cursos no “Sedes” e Assis, bem como a vinculação do contrato de Assis à pesquisa (a partir de 1971 passei a ter um contrato de turno completo – 20 h. semanais) tinham me permitido explorar um pouco as fontes de Bacon: gregos (Aristóteles, Euclides, Ptolomeu), árabes (Alhazen) e Grosseteste (pequenos tratados). Tinha me permitido também entrar um pouco mais no texto de Bacon. Mas, o que me faltava era uma ideia-chave para entender este texto. Eu o li e reli: houve um momento em que quase o sabia de cor. E continuava achando tudo aquilo perfeitamente amalucado, ou para ser mais direto, sem sentido mesmo.

E&F – De que modo estes estudos convergiram na tese de doutorado?

Carlos Arthur – Em 31 de dezembro de 1973 encerrava-se em todo o território brasileiro o regime de doutoramento existente até então. Consistia este na defesa de uma tese em faculdade funcionando regularmente, sem a necessidade de cursos de pós-graduação. Junto com muitos outros colegas encaminhei requerimento para me valer deste quadro institucional, tanto no “Sedes” como posteriormente em Assis. Todos os demais colegas dos departamentos de filosofia da PUC-SP e da Faculdade de Assis apresentaram suas teses, defenderam-nas e alguns até mesmo as publicaram. Só eu e uma colega da PUC-SP ficamos para trás. Em 1974 houve um festival de teses.

De algum modo os colegas foram atenciosos comigo. Sobretudo, em 1973 dei aulas a torto e a direito para liberá-los em vista da redação de suas teses. Em 1974, comecei a pensar numa volta a Montreal, o que só se efetivou em janeiro de 1975. Eu tinha me valido até então de todas as prorrogações de prazo possíveis e imagináveis. Foi fixada a data de 31 de dezembro de 1975 como prazo final absolutamente improrrogável para a entrega da tese de doutorado.

Foi um ano de trabalho intenso, correndo contra o tempo, contra uma longa greve do correio canadense (que interferia na obtenção de material necessário para a tese), contra a angústia diante do prazo que se esgotava, restando ainda muito por escrever. Nem eu mesmo sei direito de onde tirei a energia necessária. Certamente a ajuda de meu orientador (o mesmo do mestrado) e o apoio de minha mulher (a estas alturas estava casado) foram fundamentais. De todo modo, a tese foi entregue à Faculdade dos Estudos Superiores da Universidade de Montreal no dia 15 de dezembro de 1975, defendida no dia 10 de fevereiro de 1976 e o diploma de doutorado traz a data de 06 de abril de 1976. O título de Doutor em Filosofia (estudos medievais) foi posteriormente reconhecido pela UNESP e pela PUC-SP.

A tese de doutorado tem o seguinte título: “Une théorie des opérations naturelles fondée sur l’Optique: Le De multiplicatione specierum de Roger Bacon”. Trata-se de um estudo de vários aspectos do tratado do franciscano inglês: suas características textuais (ao mesmo tempo tratado completo e parte de obras enciclopédicas), suas fontes, sua metodologia, sua doutrina e seu significado no conjunto da obra de Bacon. Na verdade, o “De multiplicatione” reflete a redescoberta pelos ocidentais da ótica geométrica grega e árabe. Redescoberta esta associada a outros fatores como a influência dos astros (comumente admitida, *salva arbitrii libertate*) e uma concepção da causalidade em termos de influência proveniente do *Liber de causis* e do *Fons vitae* de Avicbron (Ibn Gabirol). É a partir destes materiais e guiado pelas indicações de Roberto Grosseteste que Rogério Bacon formula seu grandioso projeto de uma teoria geral das radiações (em algumas versões o “De multiplicatione” tem o título de “De radiis”), uma espécie de “De generatione et corruptione more geométrico”. Esta era a ideia chave que me estava faltando.

Embora menos elaborada que a dissertação de mestrado (o que é testemunhado pelas menções: “très grande distinction” no mestrado, “bien” no doutorado) a tese de doutorado teve uma recepção que poderia ser considerada mais relevante. Em primeiro lugar, foi largamente utilizada por David C. Lindberg (cerca de vinte referências) em sua edição crítica do “De multiplicatione” (cf. David C. Lindberg, *Roger Bacon’s Philosophy of nature, A Critical Edition, with English translation, Introduction, and Notes, of De multiplicatione specierum and De speculis comburentibus*, Oxford,

Clarendon Press, 1983). Foi também arrolada na bibliografia anexa ao pequeno livro de Franco Alessio, *Introduzione a Ruggero Bacone*, Bari, Laterza, 1985, p. 143; igualmente na “A Roger Bacon Bibliography (1975-1985)”, organizada por Jeremiah M. G. Hackett e Thomas S. Maloney, *New Scholasticism* 61 (1987), p. 202.

A partir da tese de doutorado publiquei três artigos respectivamente sobre a doutrina e significado do “De multiplicatione” (*Manuscrito*, 1981), sua metodologia (*Anais da ANPOF*, 1986) e suas fontes (*Leopoldianum*, 1986). Cumpre lembrar também que em 1973 traduzi para a coleção *Os Pensadores* uma seleção de textos de João Duns Scot. Foi meu primeiro contato sério com o pensamento do Doutor Sutil. O que só fez reforçar em mim o respeito e a admiração por seu exemplar rigor.

E&F – O senhor considera que ainda é necessário, hoje em dia, fazer estudos no exterior para alcançar níveis mais especializados?

Carlos Arthur – Há 40 ou 50 anos atrás era muito difícil fazer no Brasil, mesmo um mestrado em filosofia medieval. Talvez se possa dizer que seria um bom encaminhamento fazer aqui o mestrado, uma bolsa sanduíche de uns dois anos no exterior e término do doutorado no Brasil. O mestrado pode também ser precedido por um TCC em filosofia medieval, o que contribui para amadurecer o projeto de dissertação do mestrado.

E&F – No seu retorno ao Brasil, o senhor encontrou espaço propício para trabalhar com a filosofia medieval?

Carlos Arthur – De volta de Montreal ao Brasil, via Lima, onde minha mulher e eu ficamos por uma semana, reassumi o ensino na PUC-SP e em Assis (em seguida em Marília – já então na UNESP) em março de 1976. Tempos não muito fáceis. Em Assis passávamos pelos sustos e tropeços da criação da UNESP; sustos e tropeços que às vezes viravam traumas graças à figura do primeiro reitor desta universidade. Na PUC-SP o departamento de Filosofia estava na mira da reitoria desde 1974, quando sofreu uma ameaça de fechamento. Fui escolhido pelo departamento da PUC-SP para coordenador de uma pós-graduação a ser criada. O

projeto foi cozido em banho-maria pelas instâncias superiores, até que o coordenador geral do setor de pós-graduação entrasse em contato com professores cassados da USP, sob cuja coordenação o curso viria a ser implantado. Claro que fui desescolhido pelo departamento, como maneira de integrar os recém-chegados que, aliás, contribuíram enormemente para a consolidação do departamento. Mas, como “desgraça pouca é bobagem” fui nomeado chefe do departamento para o período de 1977 a 1979. Meti-me em algumas enrascadas e brigas que me consumiram muita energia e me fizeram consumir muitos litros de pinga.

Atendendo a um velho pedido dos alunos da graduação em Filosofia na PUC-SP, dei um curso em 1976 sobre a querela dos universais na Idade Média. Foram estudados Abelardo, Tomás de Aquino, João Duns Scot e Guilherme de Ockham. O conteúdo deste curso foi redigido como relatório de pesquisa apresentado à UNESP no segundo semestre de 1977. Veio a ser publicado posteriormente nos *Cadernos PUC* (1963, n. 13) com o título “A querela dos universais revisitada”.

Voltei a dar cursos sobre este tema nos anos seguintes. Em 1988 e 1989 a parte referente a Abelardo foi refeita, graças a uma bolsa de pesquisa do CNPq. O texto de Abelardo utilizado, a introdução da “Lógica ‘Ingredientibus’”, precedido de uma apresentação analítica de minha autoria, foi publicado sob o título *Lógica para principiantes*, Petrópolis, Vozes, 1994, reeditado pela Edunesp, 2005. A tradução de três artigos de Jean Jolivet, Christian Wenin e Paul Vignaux referentes à discussão do problema dos universais por Abelardo permanece inédita. Foi feita também uma nova tradução de *O ente e a essência*, parte da qual tinha sido utilizada nos referidos cursos sobre os universais. Finalmente, o professor Cesar Ribas Cezar traduziu o texto de João Duns Scot utilizado (*Opus Oxoniense*, Livro II, Distinção 3, Questão 1) cujo original não tinha sido possível obter por ocasião do curso de 1976. A tradução de *O ente e a essência* foi publicada pela editora Vozes, com uma introdução do professor Francisco Benjamin de Souza Netto e a tradução do texto de Duns Scot na revista *TRANS/FORM/AÇÃO*, 19 (1996), p. 241-50.

Em 1977 me propus iniciar um estudo sobre Alexandre Koyré como historiador da ciência. Como os trabalhos de Koyré se referiam em boa parte à revolução científica do século XVII e mais especificamente

a Galileu, pensei que seria uma boa estratégia me informar um pouco acerca deste último. O projeto sobre Koyré não foi adiante, tendo o livro de Gérard Jorland, *La science dans la philosophie*, Les recherches épistémologiques d’Alexandre Koyré, Paris, Gallimard, 1981 contribuído bastante para isso. No entanto, o interesse por Galileu permaneceu e até se aprofundou. Resultaram algumas traduções (*TRANS/FORM/AÇÃO*, 1980 e 1981; *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 1983; o volume *Ciência e fé*, Nova Stella, 1988, reeditado pela EDUNESP, 2008), um roteiro de leitura do *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo – Para ler Galileu Galilei*, São Paulo, Nova Stella, EDUC, 1990, EDUC, 2003, 2ªed.) e ensaios interpretativos (*TRANS/FORM/AÇÃO*, 1983; *Aquiles*, 1984; *Cadernos PUC*, 1987, nº 27; *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 1986; *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 1991).

Foi publicada na coleção Trajetória do IFCH da UNICAMP (v. 2 – *De Tomás de Aquino a Galileu*) uma coletânea reunindo o texto da dissertação de mestrado, os artigos sobre Rogério Bacon e os pequenos ensaios sobre Galileu. Embora nada tenha sido planejado de antemão, é bem possível que, da dissertação de mestrado sobre as ciências intermediárias aos ensaios sobre a metodologia galileana, passando pelas propostas de uma certa geometrização das radiações por Rogério Bacon, um percurso tenha ido sendo feito. Com efeito, este conjunto de textos lida com o problema da matematização da física, não sendo impossível mostrar como a última obra de Galileu, os *Discursos e demonstrações matemáticas*, contém referências metodológicas a procedimentos característicos da astronomia antiga e medieval, da filosofia natural dos mesmos períodos, da geometria euclidiana e das ciências intermediárias. O “De multiplicatione” testemunharia já um esforço para aproximar e coordenar tais estratégias metodológicas. Na reunião da ANPOF de 1994, o Prof. Eduardo Salles de Oliveira Barra, do departamento de Filosofia da Universidade de Londrina chamou minha atenção para algumas passagens das “*Lectiones mathematicae*” (1664-1666) do amigo íntimo, mestre e predecessor de Newton na cátedra de matemática em Cambridge, Issac Barrow (1630-1677). Parece haver uma enorme proximidade entre o que este denomina “matemáticas mistas” e as ciências intermediárias de Tomás de Aquino. Eis aí um veio a ser explorado. Um possível veículo de transmissão dessa

concepção do século XIII ao XVII seriam as discussões sobre o caráter de ciência da teologia empreendidas nos prólogos dos Comentários das Sentenças. Não se deve, de fato, esquecer que as *Sentenças* de Pedro Lombardo continuaram sendo o manual para o estudo da teologia (ao lado da Bíblia), pelo menos até o século XVI (cf. o livro de Livesey citado). Na verdade, esta linha de pesquisa só chegou a um resultado mais adequado recentemente, depois de uma retomada do estudo da história das “ciências intermediárias” por meio de sondagens em Aristóteles, Avicena, Averrois, Grosseteste, Tomás de Aquino, Rogério Bacon, Duns Scot, Guilherme de Ockham e Galileu. Nesta retomada segui as indicações de Jean Gagné em seu texto, acima citado (no fim da resposta à pergunta 4). A formulação destes resultados encontra-se num texto ainda inédito, “Um pouco mais sobre Galileu e as ciências mistas (2010).

Creio que fica assim “explicado” o meu envolvimento com a história da ciência. De fato, os temas que fui levado a estudar situam-se nos limites da história da filosofia e da ciência. Foi valendo-me disso que colaborei em alguns dos Colóquios (1985, 1987, 1989, 1990 e 1993) e cursos de especialização (fevereiro de 1990 e julho de 1991) de história da ciência realizados na UNICAMP. Mais recentemente tenho colaborado com o Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência da PUC-SP.

A partir de 1979 comecei a lecionar no Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia (mestrado) da PUC-SP; no final do primeiro semestre de 1983 deixei a Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília (UNESP); ressalvada uma colaboração na UFRJ durante os anos de 1987 e 1988, como professor visitante, minha atividade docente se concentrou na PUC-SP, tendo, aliás, prestado concurso para titular junto ao departamento de filosofia no dia 17 de dezembro de 1981.

E&F – *Tendo pesquisado e publicado os temas mencionados, o senhor se considera de fato um especialista em filosofia medieval?*

Carlos Arthur – Se não me engano, data dos meados da década de oitenta do século vinte uma nítida mudança de atitude do público em geral e dos alunos em relação à Idade Média e ao pensamento medieval. O

que era antes execrado passou a ser moda. Ficou chique ser medievalista. No nosso meio universitário, tal mudança estaria ligada, quem sabe, ao apagamento, a essas alturas, da presença neotomista anteriormente referida e à influência de toda uma produção escrita europeia da qual o romance de Umberto Eco, *O nome da rosa*, seria o sintoma mais aparente. Eu derivara para Galileu em vista de, além de outras razões, poder falar de coisas “mais aceitáveis”. No mesmo sentido, tentei também alguma aproximação com Maquiavel, chegando mesmo a dar pelo menos dois cursos (1978 e 1980) sobre *O príncipe*, valendo-me, sobretudo, do trabalho de Claude Lefort. Mas não teve jeito. Como diz Léopoldo Genicot, “Leonardo Fibonacci não se transferiu para Bugia para preparar o *Liber abaci*, mas para dirigir uma das sucursais paternas; Guilherme de Moerbeke não aceitou o arcebispado de Corinto para descobrir, na Moreia ou nas ilhas, cópias dos tratados de Aristóteles; João de Plano Carpino e Simão de Saint-Quentin não chegaram à Tartária como curiosos, mas como embaixadores”. A última coisa em que poderia pensar, quando prosternados, eu e um colega pedimos, num já longínquo fevereiro de 1954, “a misericórdia de Deus e da Ordem Dominicana”, seria me tornar um “especialista em filosofia medieval” (sic) como acabou sendo decretado que eu fosse.

A solicitação crescente de cursos, conferências e textos sobre o pensamento medieval me levou a completar leituras, mesmo básicas, que tinham ficado sem serem feitas; ampliar a informação; refletir sobre a própria significação do pensamento medieval.

No que diz respeito a este último tópico, escrevi três textos. O primeiro, “A construção do pensamento na Idade Média”, publicado em *Uma história da filosofia – verdade, conhecimento e poder*, Rio, UNIVERTA, UFRJ, 1988, v. II (Razão e mística na Idade Média), p. 41-55, tenta mais uma vez a inescapável e sempre fracassada operação de caracterizar de modo global o referido pensamento. Valho-me do esquema proposto por M.-J. Congar no verbete “Théologie”, do *Dictionnaire de Théologie Catholique*, que distingue uma teologia sob o regime da gramática, da dialética e da filosofia (metafísica). Este esquema permite focalizar a polarização teológica do conhecimento nos séculos ditos medievais e salvaguardar o estudo das disciplinas utilizadas como instrumental. Infelizmente, o texto foi bastante prejudicado pela editora: houve troca na localização de alguns

parágrafos (apesar disso, por um autêntico milagre, o texto ainda conservou sentido) e as notas simplesmente sumiram. Este texto foi republicado, com as devidas correções, em *Os pensadores, Um curso*, Mario Vitor Santos (Org.), Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009, p. 65-81.

Outro texto dentro de preocupações semelhantes tem por título “Da neo-escolástica ao Santo Tomás histórico”. Foi lido no colóquio comemorativo dos oitenta anos do curso de Filosofia da PUC-SP e publicado, primeiro, na revista *Leopoldianum* (17 (1990), n. 48, novembro, p. 279-290) e, em seguida, nas atas do referido colóquio – *Um passado revisitado – 80 anos do curso de Filosofia da PUC-SP, São Paulo, EDUC, 1992* – organizadas pela Profa. Salma Tannus Muchail. Tenta ele expor sumariamente a restauração escolástica patrocinada por Leão XIII (encíclica *Aeterni Patris* de 1879) e os inícios dos estudos históricos sobre o pensamento medieval.

O terceiro texto tem por título “A serva da teologia e a dama dos salões”. Foi publicado na revista *Humanidades*, 8 (1992), n. 3, p. 281-287. Como o título sugere, este pequeno texto compara sumariamente a função da filosofia na Idade Média com sua função nos séculos XVII e XVIII.

Inscrevem-se, também, de algum modo neste tópico da reflexão sobre o significado do pensamento medieval, dois pequenos livros de iniciação: *O que é filosofia medieval*, Coleção Primeiros Passos, 261, São Paulo, Brasiliense, 1992 (nova edição em 2004 e 2010); *Santo Tomás de Aquino, O Boi Mudo da Sicília*, Coleção Contraponto, São Paulo, EDUC, 1992 (2ª Ed. 2007). O primeiro deles retoma e expande o artigo “A construção do pensamento na Idade Média”. O segundo apresenta a carreira intelectual de Tomás de Aquino, o arcabouço sistemático de sua *Suma de teologia* e seu destino póstumo. Revisto e, espero, melhorado em *Um mestre no ofício: Tomás de Aquino*. São Paulo, Paulus, 2011.

Em 1990, na esteira do importante livro de H. C. de Lima Vaz, *Escritos de filosofia II (Ética e cultura)*, São Paulo, Loyola, 1988 (resenha de minha autoria em *TRANS/FORM/AÇÃO* 13 (1990), p. 147-149) iniciei um estudo sobre a prudência em Tomás de Aquino. O tema se afigura importante, pois é a transposição filosófico-teológica no ocidente europeu do século XIII da temática da *phrónesis* aristotélica. Posteriormente, sobretudo a partir do século XVII, a prudência cede lugar à consciência,

implicando isto não apenas num eclipse da *phrónesis-prudência* no pensamento ético ocidental, mas num completo deslocamento deste.

Os resultados desta pesquisa foram apresentados num colóquio sobre “Prudência e consciência moral” realizado na UNICAMP, em setembro de 1993. Foram publicados sob o título “A prudência segundo Santo Tomás de Aquino”, *Síntese*, 20 (1993), n. 62 (julho-setembro), p. 365-385.

Ainda no domínio da ética e da política, mas com uma intenção mais filológica, é preciso assinalar o texto “O comentário de Tomás de Aquino à *Política* de Aristóteles e os inícios do uso do termo *estado* para designar a forma do poder político”. Ocupa-se este texto com a presença nas edições correntes do comentário de Tomás de Aquino à *Política* de Aristóteles de expressões como *status popularis* e outras análogas para designar a democracia e demais regimes políticos. Esta terminologia não provém do próprio Tomás, tendo sido introduzida na edição de 1492 do seu comentário, com base na nova tradução da *Política* por Leonardo Bruni. Este pequeno incidente terminológico talvez possa ser tomado como sintoma do surgimento do uso do termo *estado* com sua significação política moderna. Numa versão preliminar, este texto foi incluído no volume *Dialética e liberdade, Festschrift* em homenagem a Carlos Roberto Cirne Lima, Porto Alegre, Ed. da Univ. Fed. do RS, Petrópolis, Vozes, 1993, p. 47-57. Na sua versão final foi objeto de um seminário no CEPAME no 1º semestre de 1992 e de uma comunicação no IX Congresso Internacional de Filosofia Medieval realizado em Ottawa, em agosto de 1992, bem como na reunião da ANPOF, realizada em Diamantina em outubro do mesmo ano. Nesta versão final foi divulgado nos *Cadernos de Trabalho CEPAME*, I (1-2), março-junho 1992, p. 5-16 e publicado em *Veritas* 38 (1993), n. 150, p. 243-252, bem como nos *Anais do V Encontro Nacional de Filosofia*, ANPOF, 1992, p. 134-142.

Foi desenvolvido também um estudo sobre a divisão das ciências teóricas segundo Tomás de Aquino. Este estudo comporta duas partes: 1) tradução das questões 5 e 6 do comentário de Tomás de Aquino ao Tratado da Trindade de Boécio; 2) introdução analítica a este texto. Esta pesquisa contou com o apoio da FAPESP para um levantamento bibliográfico que foi realizado em Montreal, na biblioteca do Instituto de Estudos Medievais,

em 1992. Contou também com uma bolsa do CNPq. Foi publicada pela EDUNESP, em 1998. No mesmo formato, foi feito um estudo sobre o conhecimento intelectual humano, de acordo com Tomás de Aquino (*Suma de Teologia*, Iª parte, Questões 84-89), publicado pela EDUFU, em 2004.

E&F – Qual é a importância da promoção de estudos sobre a filosofia medieval no Brasil?

Carlos Arthur – Os estudos de filosofia medieval são importantes sob vários aspectos. Um primeiro seria o da própria história da filosofia. Seja qual for o julgamento que façamos sobre a filosofia medieval, ela faz parte da história da filosofia e desconhecê-la não é certamente uma atitude que facilite o estudo e a compreensão da história da filosofia e da própria filosofia. Aliás, um segundo aspecto é justamente este, de que muitos problemas filosóficos podem e têm recebido contribuições elaboradas na filosofia medieval. Vejam-se, por exemplo, os problemas ligados à semântica filosófica. Além disso, algumas das raízes mais profundas de nossa cultura penetram em solo medieval e conhecer o pensamento filosófico-teológico da época pode ser um modo de nos conhecermos melhor a nós mesmos.

E&F – Qual a importância do conhecimento de línguas clássicas para o estudo da filosofia?

Carlos Arthur – Constata-se, de fato, que a bibliografia filosófica em português, embora tenha crescido e melhorado, ainda é restrita. Daí a necessidade do conhecimento das línguas em que a literatura filosófica é mais abundante; em ordem alfabética: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano etc. O recurso aos textos originais é indispensável para qualquer trabalho que pretenda ultrapassar o nível elementar ou de divulgação. Daí a absoluta necessidade de conhecimento do latim clássico (para autores da patrística latina, como Agostinho) ou escolástico (para os autores da idade média latina); do grego para a patrística grega e até mesmo para se entender a formação do vocabulário filosófico latino e ocidental. O mesmo se diria do árabe, quando se tratar deste último tópico e do estudo da filosofia árabe e judaica. A formação de um estudioso da filosofia medieval exige

um longo tempo, a começar pela aquisição do instrumental linguístico. Todos nós acabamos tendo seus buracos: eu não sei nada de árabe, leio com dificuldade o latim clássico e muito pouco o alemão.

***E&F** – Fale um pouco sobre sua experiência como tradutor, que lugar isso teve na sua carreira acadêmica, se já temos uma terminologia filosófica em português, qual o lugar do trabalho de tradução para o desenvolvimento da filosofia no Brasil.*

Carlos Arthur – Como dizia Rogério Bacon, que poderia ter sido invocado também na pergunta precedente, “é necessário que o tradutor conheça muito bem a ciência que quer traduzir e as duas línguas, da qual e para a qual traduz” (*Opus majus*, Ed. Bridges, v. 3, p. 82). Reconhece ele que apenas Boécio conhecia as línguas e Roberto Grosseteste as ciências. Traduzir, então, é uma tarefa difícil e percebo que fui aprendendo ao longo dos anos e com a prática. Sem dúvida é uma via pela qual se pode formar o vocabulário filosófico, como aconteceu com as traduções medievais do grego e do árabe. É pena que ainda não tenhamos, por exemplo, uma tradução confiável dos escritos de Aristóteles. Mesmo muitas das traduções em outras línguas são mais paráfrases do que traduções. Salvo melhor juízo, em relação a Aristóteles as únicas traduções, que conheço e que procuram transpor o texto mesmo de Aristóteles, são as do professor Lucas Angione, da Unicamp. Ainda não tive tempo de me inteirar das traduções que estão sendo feitas em Portugal num projeto de tradução de todos os textos de Aristóteles. É pena também que as agências financiadoras tenham mantido uma atitude no mínimo reticente em relação a traduções.

***E&F** – Uma vez ouvi o senhor dizer que nenhum problema filosófico foi resolvido até hoje. Essa sua opinião me deixou bastante intrigado. O senhor poderia comentá-la um pouco?*

Carlos Arthur – Não me lembro de ter dito essa frase, tão séria. Mas, isso, não vem ao caso. Algumas vezes me lembram de algo que eu teria dito e de que não me lembro. Quem sabe essa frase tem realmente sua razão de ser, pois, das duas uma: ou os problemas filosóficos são

falsos problemas, como pretendem os que defendem a filosofia como uma atividade terapêutica (Witgenstein, por exemplo) ou são problemas de um tipo especial, distintos dos problemas científicos (no sentido atual do que se entende por ciência). Parece que, pelo menos algumas questões, que ocuparam não poucos filósofos, comportariam algum aspecto ligado a confusões conceituais ou linguísticas. Por outro lado, os problemas básicos que percorrem a história da filosofia não seriam do tipo dos problemas da física, da matemática e das demais ciências. Seriam problemas que poderiam receber diferentes respostas mais ou menos plausíveis. Isto, porque as coisas permitem interpretações que não são inteiramente coincidentes e, simultaneamente, não são flagrantemente falsas. Em outros termos, seria possível ver o mundo como um platônico, um aristotélico, um cartesiano etc.

Nenhuma dessas filosofias seria inteiramente adequada às coisas e, portanto, a explicação definitiva das mesmas. Mas, também, não seria completamente falsa, podem até umas serem mais adequadas que outras. Isto, no entanto, não tornaria as demais impossíveis. É o que me ocorre dizer, mas isto é também um palpite, que espero tenha alguma plausibilidade e não seja puro disparate.

E&F – Qual a situação atual dos estudos filosóficos no Brasil, especialmente quanto às suas áreas de atuação, a filosofia medieval, o pensamento de Sto. Tomás de Aquino, o pensamento de Galileu Galilei?

Carlos Arthur – Penso que há acordo em relação a um crescimento quantitativo e qualitativo dos estudos filosóficos no Brasil, digamos, nos últimos cinquenta anos. No que diz respeito à filosofia medieval, isto é especialmente inegável. Tomei um verdadeiro susto ao constatar no VII Congresso Internacional de Filosofia Medieval, realizado em Helsinque (1987), que estava presente um único representante dos países abaixo do Rio Grande: o autor do presente texto. Os poucos profissionais qualificados na área, existentes no Brasil, já não eram tão moços assim, sendo fruto de uma forma de cultura talvez em extinção no país e quiçá no mundo, lutavam com a escassez dos instrumentos de trabalho, devendo atender a solicitações outras que os afastavam de seu objeto de especialização,

trabalhavam isolados uns dos outros etc. Diante disto, a presença de quatro brasileiros no VIII Congresso (Ottawa, 1992), 14 no IX Congresso (Erfurt, 1997), 12 no X (Porto, 2002) e novamente 12 no XI (Palermo, 2007) parece mostrar um expressivo aumento na participação dos brasileiros, refletindo uma presença maior do estudo da filosofia medieval em nossas universidades. Para o próximo congresso, em agosto de 2012 em Munique (Freising) estão inscritos sete participantes do Brasil. Quanto a Sto. Tomás de Aquino, por um lado, é estudado com frequência com os recursos disponíveis para o estudo do pensamento medieval, procurando situá-lo no seu contexto e recorrendo a seus próprios textos, de preferência na edição crítica da Comissão Leonina. Muitos estudos têm, no entanto, uma perspectiva apologética, apesar de sua seriedade técnica, como se Tomás de Aquino fosse a encarnação da verdade. Isto se verifica, sobretudo, em alguns grupos ultraconservadores da Igreja Católica, o que talvez faça os ossos de Tomás se revirar no seu sepulcro. Galileu, como sempre, é objeto de estudos e traduções, sobretudo pelos estudiosos de história da ciência.

Agradeço à *Revista Educação & Filosofia*, especialmente ao Prof. Anselmo T. Ferreira, a oportunidade desta entrevista e desejo que a mesma sirva de incentivo ao estudo do pensamento medieval no Brasil e no mundo.

Data de registro: 17/01/2012

Data de aceite: 21/03/2012